

# ADUNIOESTE

SINDICATO DOCENTE DA UNIOESTE  
(Seção Sindical do Andes – Sindicato Nacional)

## O GOVERNO REQUIÃO VOLTA ATRÁS E ANUNCIA NOVO ÍNDICE DE REAJUSTE AOS DOCENTES: 6,57% AO INVÉS DE 6,72%

Conforme divulgamos no último informativo (nº18, de 24/04/2007), no dia 23 de abril (segunda-feira) o governo estadual, por meio da SETI, da SEAP e da SEPL<sup>1</sup>, anunciou oficialmente o reajuste de 6,72% aos docentes.

Entretanto, no projeto de lei encaminhado pelo governador Requião à Assembléia Legislativa, no dia 26 de abril (quinta-feira) está previsto um reajuste aos docentes de 6,59% ao invés de 6,72%. Ao que parece, o governo estadual entendeu que o índice anunciado no dia 23/04 era muito alto e resolveu reduzi-lo. Talvez, tal índice poderia “comprometer” as finanças do Estado. O posicionamento adotado pelo governo Requião em relação ao reajuste salarial aos docentes está virando uma piada de mau gosto.

Transcrevemos abaixo a matéria veiculada pelo governo na Agência Estadual de Notícias. Leia, reflita, tire suas conclusões e participe da Assembléia Geral dos Docentes da Unioeste que será realizada no próximo dia 04 de maio (sexta-feira), a partir das 15 horas no campus de Cascavel.

### Projeto garante reajuste salarial para todos servidores estaduais

FONTE: Agencia Estadual de Notícias (26/04/2007)

Disponível em: <http://www.aenoticias.pr.gov.br/modules/news/article.php?storyid=27899>

*Além de um reajuste geral de 3,14%, correspondente à inflação de 2006, serão aplicados índices específicos que variam de categoria para categoria*

O governo do Paraná encaminhou nesta quinta-feira (26) à Assembléia Legislativa um projeto de lei que concede aumento aos seus servidores. Além de um reajuste geral de 3,14%, correspondente à inflação de 2006, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), serão aplicados índices específicos, que variam de categoria para categoria e, no caso dos professores (quadro com maior quantidade de funcionários), passa dos 17%. O acréscimo salarial vai contemplar 207 mil servidores, entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas.

Com o projeto, o governo busca repor a inflação do último ano, para todas as carreiras do Estado. E, para cada uma delas, repor a inflação acumulada desde o último aumento que cada uma dessas carreiras obteve, em razão do trabalho de reestruturação dos quadros feito pela atual gestão, desde 2003.

Os professores do ciclo básico, por exemplo, que representam quase metade do servidores da ativa (são 56 mil, ou 44,4% dos 126 mil funcionários da ativa), terão com os 17% de reajuste a reposição da inflação desde abril de 2004. Foi naquele mês que entrou em vigor o aumento decorrente do plano de cargos implantado pelo atual governo.

Outras categorias representativas, como professores universitários e policiais civis e militares, contarão, além do reajuste geral de 3,14%, com a aplicação de índices suplementares. Os professores universitários terão, no total, média de reajuste de 6,57% (reposição da inflação de outubro de 2005 para cá); os policiais civis e militares, de 4,82% (reposição da inflação de janeiro de 2006 em diante).

<sup>1</sup> Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior; Secretaria de Estado da Administração e Previdência e Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.

**Disponibilidade financeira** - Os índices serão aplicados sobre o vencimento base de cada categoria. O projeto ressalta que os novos salários entrarão em vigor de acordo com a disponibilidade financeira do Estado, e seguindo as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Assim, os novos valores começarão a ser pagos conforme a relação “despesas com pessoal versus receita” não ultrapassar o limite de 49% (para o Poder Executivo) estabelecido pela legislação. “Assim, o impacto total da implantação (dos aumentos) será diluído ao longo do exercício de 2007, respeitando-se a capacidade financeira e a arrecadação do Tesouro do Estado”, observa a secretária Maria Marta Lunardon.

Maria Marta destaca também que a aplicação de um reajuste geral se tornou viável graças ao trabalho que foi desenvolvido, entre 2003 e o ano passado, de reestruturação das carreiras do funcionalismo público estadual. Essa reformulação, além de promover reajustes por categoria, acabou com as enormes diferenças de remuneração que existiam entre uma carreira e outra, ou mesmo dentro de uma carreira, de uma função para outra. “Com essas diferenças minimizadas, aí sim índices gerais podem ser aplicados de forma que contemplem a todos com justiça.”

Os aumentos previstos no projeto de lei não abrangem cargos em comissão e os contratos temporários. Também não estão incluídos os funcionários das estatais. “O projeto alcança apenas as carreiras estatutárias, pois as empresas e sociedades de economia mista têm data base e dissídio assegurado por acordo coletivo no Ministério do Trabalho, exceto a Emater. Os cargos em comissão e os temporários, por força legal, não são objeto de revisão nessa oportunidade”, explica Maria Marta.

#### BOX

### Confira os índices, por categoria, e quantos servidores da ativa elas englobam

QUADRO	AUMENTO	QUANTIDADE SERVIDORES
AUDITORES FISCAIS	7,9 %	1.042
DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL	3,14 %	363
EMATER	3,14 %	1.137
IAPAR	3,24%	774
<b>INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: PROFESSORES</b>	<b>6,57%</b>	<b>5.123</b>
INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: DEMAIS SERVIDORES	3,14%	8.443
ADVOGADOS	30,29%	155
PERITOS OFICIAIS	7,9%	298
MAGISTÉRIO [APP]	17,04%	56.953
POLÍCIA CIVIL	4,82%	3.076
POLÍCIA MILITAR:	4,82%%	17.509
PROCURADORES:	3,14%	152
QUADRO PRÓPRIO DO PODER EXECUTIVO (“QUADRO GERAL”):	3,34%	30.915